

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE (CEES) – UNESP/MARÍLIA. Ingrid Anelise Lopes (UNESP/Campus de Marília); Anna Augusta Sampaio de Oliveira (UNESP/Campus de Marília). A Formação Docente na Perspectiva da Inclusão.

A educação para a primeira infância, que abrange o atendimento pedagógico para crianças com idade entre zero e cinco anos, teve seu princípio marcado pelo caráter assistencialista, quando o objetivo precípua desta etapa da educação era a guarda de crianças pequenas para que suas mães pudessem sair do lar para o trabalho. Outra função dada à educação infantil foi a de atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças de baixa renda (KRAMER, 1984). Atualmente a educação infantil tem outra função que transcende a compensação e também a guarda de crianças durante o período em que a família não pode cuidá-las, sendo assim de outra forma reconhecida, como uma etapa da educação básica, e garantida como direito público subjetivo nos termos da lei. O Artigo 21º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 dispõe que a educação básica é “formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”. Nesta perspectiva, a educação infantil assume o caráter de promover o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, caráter esse que a Lei (Art. 29) a pouco mencionada dispõe como finalidade da educação infantil. Observamos por esta lei que o trabalho pedagógico sistemático realizado com as crianças pequenas é de extrema importância para a promoção do desenvolvimento integral desse grupo, no qual se insere todas as crianças de zero a cinco anos, sem distinção. Deste modo, compreendemos que, assim como as crianças que não apresentam necessidades educacionais especiais que as estereotipe como diferentes, aquelas que apresentam essa característica também são merecedoras do atendimento pedagógico em instituições para este fim destinadas – educação infantil, pois “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.” (SALAMANCA, 1994).

Para o pleno desenvolvimento da criança com necessidades educacionais especiais é necessária atenção às suas especificidades, o que se estabelece através de, entre outros elementos, “a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil” (BRASIL, 2008, p, 14), tal como previsto pela *Política*

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicado em Janeiro de 2008, uma vez que, “a inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global”. (BRASIL, 2008, p, 14). Desde o nascimento, portanto, a criança com necessidades educacionais especiais precisa de atenção diferenciada, o que se constitui também através do atendimento educacional especializado.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento das crianças, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria instituição ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2008).

Esta compreensão é apontada também nas diretrizes para prática pedagógica dispostas na publicação *Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão* (BRASIL, 2006), que apontam a necessidade dos serviços de apoio pedagógico especializados, configurados pelas salas de recurso, cujo objetivo é oferecer atendimento educacional especializado em um “espaço no qual o professor especializado realiza a complementação e/ou suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos.” (BRASIL, 2006, p.31).

Nessa perspectiva, desenvolvemos um projeto de pesquisa e extensão junto ao Centro de Estudos em Educação e Saúde (CEES), vinculado à Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Marília.

O CEES tem por objetivo apoiar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para questões relativas à cognição, comunicação, desenvolvimento e educação de indivíduos com necessidades especiais. O Centro conta com estrutura e recursos para atendimentos nas áreas de Pedagogia (atendimento educacional especializado), Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia.

Para o atendimento educacional especializado da Educação Infantil contamos com salas com mobiliário adequado às crianças, uma brinquedoteca, uma biblioteca interativa, um Núcleo de Interação da Criança (NIC), uma cozinha terapêutica, uma sala de informática, e diversos materiais de consumo para o trabalho pedagógico.

Em nosso projeto prestamos atendimento educacional especializado para crianças com Síndrome de Down na faixa etária de quatro a cinco anos, e que estão matriculadas na Educação Infantil regular do município de Marília.

Visando contribuir com a promoção do desenvolvimento das crianças, o trabalho

é realizado por meio de atividades lúdicas promotoras do desenvolvimento das bases orientadoras para a aquisição da linguagem escrita, buscando colaborar, assim, com o processo de inclusão educacional de cada criança com Síndrome de Down, que como comprovam várias pesquisas, é capaz de se apropriar da linguagem escrita (ALVES, 1987; BONETI, 1999; IDE, 1992; 1993; MERCADO, 2000; GOMES, 2001).

Compreendemos por bases orientadoras à aquisição da linguagem escrita as capacidades psíquicas necessárias para a apropriação dessa linguagem, como a memória, a atenção, o pensamento, a motricidade, o domínio das normas sociais de comportamento, e a representação simbólica, desenvolvidas através da brincadeira de faz-de-conta. Referem-se também às bases orientadoras para aquisição da linguagem escrita o planejamento, o re-planejamento e a avaliação, desenvolvidas através das atividades produtivas que envolvem a pintura, a escultura, o desenho e a produção (VALIENGO, 2008).

Os atendimentos educacionais especializados ocorrem uma vez por semana, com uma hora de duração, em horário inverso ao da instituição regular freqüentada pela criança. Os estagiários da habilitação em Educação Especial - Área de deficiência intelectual - da UNESP/Marília são responsáveis por todo o fazer pedagógico dos atendimentos, contanto com a orientação direta da supervisora de estágio curricular e coordenadora do projeto, bem como com a colaboração de alunos pós-graduandos da Universidade. Assim, os estagiários elaboram um Planejamento Pedagógico Semestral, Planos Diários, Avaliação Diagnóstica e a Avaliação Semestral, e preenchem os Prontuários de Atendimentos de cada criança.

As atividades dos atendimentos são iniciadas por um período de aproximação dos estagiários responsáveis com a situação educacional das crianças. Antes de iniciar o atendimento, cada estagiário realiza um estudo do histórico e da última avaliação pedagógica da criança que irá acompanhar, bem como dos dados das crianças dispostos nos seus Prontuários de Atendimentos.

Realizado este contato inicial, o estagiário inicia os atendimentos às crianças, em pequenos grupos (de duas a quatro crianças). Considerando que a prática pedagógica necessita de uma estrutura teórica que oriente a intervenção educacional (GONZÁLEZ, 2002, p. 90), os estagiários tem como referente para o trabalho as contribuições dos estudos de Vygotsky – expoente da Teoria Histórico Cultural.

Nessa perspectiva, a primeira ação pedagógica desenvolvida no atendimento é processo de avaliação diagnóstica, através do qual os estagiários buscam identificar em cada criança a “zona de desenvolvimento potencial” dos aspectos referente às bases

orientadoras à aquisição da linguagem escrita, identificando assim

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1991, p. 97).

Apreciam a zona de desenvolvimento potencial das áreas mencionadas uma vez que concordamos com a idéia de que o desempenho favorável da criança em cooperação com outras pessoas mais experientes hoje é característico do desempenho futuro, revelando assim, os resultados de amanhã (VYGOTSKY, 1991).

O processo de avaliação diagnóstica é realizado durante as primeiras semanas de atendimento às crianças, quando além de diagnosticarem as potencialidades de cada uma delas, atuam de modo a promover a interação social e afetiva entre o grupo, considerando o relacionamento criança-criança e criança-estagiário. Atuam ainda com estratégias de adaptação para as crianças que necessitaram, permitindo a presença do responsável pela criança durante o momento de atendimento. Os atendimentos iniciais são oportunos também para a identificação de algumas preferências das crianças, como brincadeiras, músicas e histórias infantis.

Para completar a Avaliação Diagnóstica, os estagiários visitam as instituições educacionais regulares freqüentadas pelas crianças. Nessas visitas, observam e conversam com a professora sobre a situação educacional da criança, buscando informações sobre as potencialidades e diferenças apresentadas por ela.

Diante dos indicadores do processo avaliativo, os estagiários elaboram um Planejamento Pedagógico que visa ao desenvolvimento das bases orientadoras à aquisição da linguagem escrita, tendo como parâmetro curricular o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (Brasil, 1998).

A partir do Planejamento Pedagógico, a cada semana elaboram um Plano Diário, onde sistematizam as atividades do atendimento. Em geral, cada atendimento conta um momento para a acolhida das crianças. Durante esse momento são realizadas leituras de literaturas infantis, cantigas infantis, e ou roda de conversa, as quais nortearam as atividades subseqüentes. Na seqüência, o grupo desenvolve atividades produtivas, como pintura, colagem, desenho, recorte, colagem, modelagem e construção (MUKHINA, 1996), todas vinculadas a um projeto temático estabelecido pelo grupo.

Ao final de cada atendimento, as atividades e os desempenhos de cada criança são transcritas no Prontuário de Atendimentos do CEES. Os registros servem também

como referência para avaliações periódicas do desenvolvimento das crianças, bem como para a identificação dos acertos e possíveis faltas dos atendimentos.

Após, todos os estagiários se reúnem com a professora coordenadora do projeto e os alunos colaboradores da pós-graduação, quando realizam a supervisão. Nessa reunião, todos expõem uma síntese do seu atendimento e discutem os episódios dos atendimentos, recebendo orientações e sugestões para a progressão do trabalho.

No início e ao final de cada semestre são realizadas reuniões com os responsáveis pelas crianças, a fim de discutir a situação educacional de cada uma, bem como esclarecê-los sobre a proposta e resultados, por nós observados, nos atendimentos educacionais especializados. As reuniões são oportunas também para conhecermos as considerações dos responsáveis sobre as contribuições do nosso trabalho.

Frente às crianças, os resultados do projeto apontam para o progressivo desenvolvimento de cada uma, que apresentam melhores desempenhos nas áreas trabalhadas, sobretudo, com relação a representação simbólica nas brincadeiras de faz-de-conta, nas estratégias para elaboração das atividades produtivas, e nas estratégias de leitura e escrita.

Com relação aos estagiários, observamos que esta proposta de formação profissional que contempla a atividade pedagógica como elaboração sob orientação, e não apenas como observação, é imprescindível no processo de formação do professor na perspectiva inclusão, uma vez que além de possibilitar-lhes atuar com estratégias metodológicas necessárias à criança com deficiência intelectual, em decorrência da Síndrome de Down, esse tipo de estágio e a abordagem epistemológica diretriz do trabalho, permite-os compreender a deficiência a partir de uma perspectiva humana, compreendendo as diferentes formas de expressão humanas como diferenças qualitativas e não quantitativas.

Os estagiários demonstram aprender não somente conceitos e estratégias pedagógicas, mas, sobretudo, uma perspectiva política e pedagógica diante da criança com deficiência, uma forma de pensar e se relacionar com essa criança partindo de suas possibilidades.

Observamos durante o trabalho que a criança pré-escolar com Síndrome de Down é favorecida com o atendimento educacional especializado, apresentando melhoras no seu desenvolvimento, e apropriando-se de conhecimentos historicamente acumulados quando a educação a ela destinada assume a sua função precípua de instrumento para a humanização plena, o que se efetiva quando nós, educadores somos formados a partir da perspectiva das possibilidades de aprendizagem que

promovem o desenvolvimento da criança, respeitando suas características, que lhe são peculiares, bem como as suas necessidades.

Nesse sentido, compreendemos que quando há programas de trabalho adequados, a criança pré-escolar e com Síndrome de Down é favorecida em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades pré-acadêmicas e sociais e de preparação para a vida na comunidade (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Por fim, no projeto esclarecemos que embora haja especificidades no trabalho pedagógico promovido pela educação especial com a criança pré-escolar que apresenta Síndrome de Down, essa proposta não é excêntrica e nem mesmo absolutamente desvinculada das propostas e experiências educacionais que favorecem o desenvolvimento de crianças que não apresentam deficiência. Mas de outro modo, caracteriza-se como um trabalho de estratégias metodológicas que, compreendendo a criança com Síndrome de Down através de todas as suas dimensões, e não apenas dos aspectos biológicos, mas, sobretudo, dos aspectos históricos e culturais, é uma proposta que oferece possibilidades à criança permitindo-lhe o processo de humanização plena, podendo, assim, contribuir para a modificação do modelo atual da sociedade brasileira, tornando-a mais justa e humana perante as diferenças.

Referências

ALVES, José Moysés. *Estudo sobre a relação entre a extensão falada/escrita de palavras, por crianças portadoras de síndrome de Down*. São Carlos, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos.

BONETI, R. V. F. A interpretação da escrita pela criança portadora de deficiência intelectual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.3, n.5, set. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Secretaria de Educação Especial. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão*. 4 ed. Brasília: MEC, 2006. 8 v.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC, 1998. 3 v.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

GOMES, A. L. L.V. *Leitores com síndrome de Down: a voz que vem do coração*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2001.

GONZÁLEZ, J. A. T. *Educação na diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KRAMER, S. *A Política do Pré-Escolar no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiame, 1984.

MUKHINA, V. *Psicologia da idade pré-escolar: um manual completo para compreender e ensinar a criança desde o nascimento até os sete anos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. *Inclusão: Um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. *Declaração de Salamanca. Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial*. Espanha, 1994.

VALIENGO, A. *Educação infantil e ensino fundamental: bases orientadoras à aquisição da leitura e da escrita e o problema da antecipação da escolaridade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento de processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.